

Promessas de palanque p 7

DIVALDO SURUAGY

Ao comparecer, maciçamente, às urnas nos dois turnos da última eleição presidencial, superando um jejum de 30 anos, o cidadão brasileiro o fez assomado pelos mais justos sentimentos de esperança e otimismo. Qualquer que tenha sido a opção do eleitor a motivação foi o desejo de mudança, a consolidação da democracia, a justiça social, a paz, a tranquilidade, o exercício pleno da cidadania, a busca de soluções definitivas para os graves e profundos problemas nacionais.

Porém, as promessas de palanque do candidato vencedor transformaram-se no ressurgimento do modelo tecnocrático com toda sua feição autocrática. Presencia o País, ainda nos dias de hoje, um danoso espetáculo de egocentrismo, retorno inconcebível do L'Etat c'est moi — O Estado sou eu —, num circo de rampas, fanfarras, façanhas desportistas e poses para jornais, revistas e televisão, com a exclusiva finalidade de manter as atenções fixadas na figura do todopoderoso presidente-show, com o objetivo de desviar a atenção do povo.

O Presidente tem proporcionado ao País o grande espetáculo que serve de embevecimento a uma platéia que, sem o pão, aprecia o circo. É a postura típica do salvacionismo populista, amparado na desinformação e na despolitização das massas.

Agiganta-se ante os olhos estupefactos da sociedade organizada, o fan-

tasma do autoritarismo, solução a que recorrem todos os governantes que, desacostumados do diálogo e da discussão, optam, na busca de solução para as crises, pelo caminho fácil do endurecimento político. Outra coisa não tem feito a Nação, neste período de Brasil Novo, senão vivenciar a sucessão de atos emanados do poder central, cujas desastrosas consequências têm espalhado a infelicidade, a revolta, o medo, a insegurança, pelos quatro cantos do País.

O Governo, para esvaziar a discussão política, envereda para o choque dos poderes Legislativo e Judiciário, promovendo um festival de medidas provisórias contestáveis, dando início à falta de credibilidade, alimentada por seus próprios administradores.

Mordida em uma de suas partes mais sensíveis — o bolso —, a população deu as costas à poupança, optando pelo consumo, logo após a edição do primeiro plano, e nos dias atuais, com seu salário defasado, e todos percebem que tudo não passou de mistificação. A malfadada inflação volta a subir, motivada não pelos reajustes salariais que estão proibidos, mas por obra daqueles que continuam com o poder de determinar os preços e criar os índices.

A perplexidade decorrente da edição do Plano Collor I seguiu-se a constatação de outra unanimidade nacional: a certeza de que, desde o início de sua operacionalização, o plano foi conduzido de forma errática e improvisada, desmentindo-se num dia o que no anterior era verdade, e dando o dito pelo não dito.

Se fizermos um balanço dos discursos de palanques e de posse, teremos um saldo bastante inferior ao prometido. Senão vejamos:

— Disse que não faria política salarial sem consultar os trabalhadores: em maio propõe a livre negociação.

— Na campanha prometeu proteger as cadernetas de poupança, porém sequestrou os saldos acima de 50 mil cruzados novos e congelou-os no Banco Central.

— Prometeu derrotar a inflação sem desemprego, mas a Fiesp vem registrando o maior índice de desemprego desde a recessão de 1981.

— Prometeu mudar o pagamento da dívida interna sem calote nem confisco, mas deixou de pagar 31 bilhões de dólares em juros aos investidores, ao mudar as regras do mercado financeiro.

Por mais comodista que seja o povo brasileiro, por mais passivo e resignado que o seja, não pode nem deve permanecer alheio e indiferente aos problemas econômicos e sociais que aí estão. É preciso, é necessário e imperativo que todos participem, exigindo, reivindicando, sugerindo e até mesmo policiando as ações do Governo, como fórmula única de melhor seleção de nossos dirigentes, e de correção de nossos desacertos, de definição do nosso modelo.

■ Divaldo Suruagy é senador pelo PFL de Alagoas